

PANORAMA

www.aese.pt

Duelo de interpretações nos meios de comunicação

O diagnóstico de Robert Putnam em “Our Kids” foi bem recebido nos principais diários anglo-saxónicos. Os comentários no [“The New York Times”](#) e no [“The Guardian”](#) elogiam a sua descrição sobre as consequências da desigualdade nos filhos, mas é necessário que explique os processos que levaram a esta situação. Ambos os diários atribuem isso ao empenho de Putnam em chegar a uma audiência o mais ampla possível. Daí que evite as explicações que possam incomodar a esquerda e a direita.

Nas páginas do [Financial Times](#), pelo contrário, o também politólogo Francis Fukuyama defende que o livro de Putnam oferece suficientes dados para concluir que grande parte do problema se deve às mudanças familiares experimentadas pelos EUA nas três últimas décadas.

Embora também destaque a importância que Putnam concede aos fatores socioeconómicos – principalmente, a perda de empregos no setor industrial e os baixos salários dessas profissões –, Fukuyama sublinha a deterioração da estrutura familiar. E, concretamente, o declínio da família baseada no casamento estável entre um homem e uma mulher.

Um longo artigo do [The Washington Post](#) adiantava-se a uma interpretação ao estilo da de Fukuyama: “Putnam não nega que para corrigir a pobreza tenhamos de corrigir a família. Mas está mais à vontade com o argumento que costuma defender a esquerda: que os cada vez mais reduzidos salários reais e o desaparecimento dos empregos manuais minaram as famílias”.

Mas a interpretação que mais justiça faz à análise de Putnam é a que procura o equilíbrio, e diz que as diferenças socioeconómicas contam tanto como as mudanças na estrutura familiar e nos vários estilos educativos.

A excessiva confiança de Putnam nas políticas públicas, às quais confia a tarefa de inculcar nos pobres o estilo educativo dos ricos, foi criticada por Nancy McDermott em [Spiked](#): “Putnam trata a classe trabalhadora menos como pessoas capazes de moldar o seu próprio destino, do que como uma massa que deve ser moldada ou empurrada na direção correta”.

Muito menos convence Nancy McDermott a admiração que Putnam sente “pela intensiva cultura educativa” das famílias ricas, na qual, na sua opinião, emerge “uma visão altamente determinista da educação”. Mas nada garante, conclui, “que os filhos das elites de hoje venham a progredir tanto como os seus pais”.

Putnam começou a divulgar o seu livro em Washington. Interessa-lhe que a “falta de oportunidades” seja um tema relevante nas eleições presidenciais de 2016. E isto passa por rever o sonho americano. Resume-o muito bem Jason DeParle no [“The New York Times”](#): “Um inconveniente de uma sociedade com um verniz meritocrático é que leva os ganhadores a pensar que a vida é mais justa do que na realidade é, enquanto ignoram os méritos dos que vão ficando para trás”.

J. M.

O sistema eleitoral britânico frustra o voto emergente

Aparentemente, os resultados das últimas eleições britânicas contradizem os prognósticos sobre o fim do bipartidarismo na Grã-Bretanha: o Partido Conservador conseguiu uma maioria absoluta que ninguém esperava. Mas a sua ampla vantagem em lugares parlamentares foi possível graças ao sistema eleitoral conhecido como “first-past-the-post” o ter favorecido em detrimento dos partidos minoritários.

Nem governo em minoria nem de coligação, como previam todas as apostas anteriores às eleições. Em 8.5.2015, os conservadores de David Cameron ganharam 331 lugares (+28 em relação a 2010) dos 650 da Câmara dos Comuns, contra os 232 (-25) dos trabalhistas. O líder *tory* consegue o que não conseguiu em 2010, quando se viu obrigado a estabelecer um pacto com os liberais-democratas para formar governo.

Muito atrás dos dois grandes partidos ficou o Partido Nacionalista Escocês (SNP), o outro grande vencedor da jornada. De 6 lugares passou a 56, dos 59 que estavam em jogo, e substituiu os liberais-democratas como terceira força política. Estes sofreram um descalabro em toda a linha: ficaram com 8 lugares e perderam 49.

O UKIP e os Verdes, dois partidos emergentes na Grã-Bretanha, só conseguiram um lugar cada um. O restante ficou repartido entre outros cinco partidos, sendo o Partido Unionista Democrático o que mais lugares teve (8).

A sangria de lugares experimentada pelos trabalhistas e pelos liberais-democratas provocou a demissão dos seus respetivos líderes, Ed Miliband e Nick Clegg. Também se demitiu como líder do UKIP, Nigel Farage, embora a sua demissão não tenha sido aceite.

A distribuição de lugares é só uma parte da história. Uma leitura mais pormenorizada dos resultados permite descobrir a distorção que provocou nas preferências dos votantes o sistema maioritário com circunscrições uninominais, desenhado num momento em que quase todos os britânicos votavam num dos dois grandes partidos.

Diversamente do que acontece nos países que têm sistemas proporcionais, onde todos os partidos recebem lugares de acordo com os seus votos, na Grã-Bretanha, os lugares da Câmara dos Comuns vão para os candidatos que vencem em cada uma das 650 circunscrições em que se divide o país; o resto dos votos não se traduz em lugares.

Para ganhar numa circunscrição basta ter obtido mais um voto (maioria simples) do que o resto dos candidatos. Daí não ser estranho que o vencedor não seja o preferido do conjunto dos votantes numa circunscrição, como nota Stephen Morey em [“The Conversation”](#).

Um exemplo: na circunscrição de Cornwall, 57 % dos votantes escolheram um candidato que não era conservador, contra 43,1% dos que votaram num *tory*. Mas como este tinha mais votos do que qualquer dos outros candidatos, foi o conservador quem passou a ocupar o lugar de Cornwall na Câmara dos Comuns.

Este sistema – juntamente com o declínio de trabalhistas e liberais -democratas – explica por que é que os conservadores obtiveram a maioria absoluta com apenas 36,9 % dos votos, uma percentagem similar à que obtiveram em 2010 (36,05 %). Daí que alguns analistas pensem que à vitória de Cameron falta legitimidade popular: o líder *tory* vai impor o seu programa de governo a 63,1 % de cidadãos que não votaram nele.

A percentagem de votos obtida agora pelos conservadores contrasta com as maiorias que eram frequentes no passado, como recorda Mick Hume em [“Spiked”](#). Compare-se a nova maioria absoluta com a última simples dos conservadores em 1992, com John Major (41,93 % dos votos), ou os trabalhistas de Tony Blair em 1997 (43,2 %). Mas a verdade é que mesmo quando os *tories* perdiam antes – o bipartidarismo era forte – faziam-no com elevadas percentagens de votos: em 1945, os conservadores de Winston Churchill perderam com 40,26 % dos votos.

O sistema eleitoral britânico não só premeia os partidos que têm mais lugares (os votantes optam pelo voto tático quando há um só deputado em jogo), como também os que têm mais

força numa área geográfica. Isto beneficia o Partido Nacionalista Escocês (SNP), de base regional, em detrimento de outros partidos minoritários.

O UKIP e os Verdes que somam juntos 16,4 % dos votos (um pouco mais de 5 milhões em todo o país), ficaram com apenas um lugar cada um. O SNP obteve 4,7 % (1,4 milhões), mas ficou com 56 dos 59 lugares escoceses. Isso converte-o no terceiro partido com mais lugares na Grã-Bretanha, apesar de ser o quinto partido mais votado. O UKIP, que é o terceiro partido mais votado (12,6 % do total), é o décimo em número de lugares. E o partido de Farage foi segundo em 118 circunscrições.

Segundo estimativas realizadas por Mark Townsend no [“The Guardian”](#), se a Grã-Bretanha tivesse um sistema de representação proporcional, o UKIP teria obtido 82 lugares e os Verdes, 24. Pelo contrário, o SNP perderia 25 e os *tories* 90. Com este panorama, é muito provável que os conservadores tivessem acabado por ter de fazer pactos pós-eleitorais.

Mas a verdade é que mesmo na Escócia, o voto está distorcido. O SNP consegue quase todos os lugares correspondentes à Escócia, com 49,97 % dos votos; o resto dos escoceses – ou seja, uma maioria por um triz – votou noutros candidatos. Isto também lança dúvidas sobre a legitimidade dos independentistas, visto que 50,03 % dos escoceses não apoiam o seu programa.

Para Martin Smith, politólogo da Universidade de York, estas distorções podem agravar ainda mais o desencanto de muitos cidadãos com a política: se o voto de castigo ao bipartidarismo é irrelevante, para quê votar? “A maioria [de Cameron] é um artefacto do sistema eleitoral, e não um reflexo autêntico das decisões dos votantes. (...) Entretanto, milhões de votantes dos Verdes e do UKIP são representados por um só deputado cada um”, [escreve](#) em [“The Conversation”](#).

“O paradoxal é que enquanto o clima antipolítica parece ter levado muitos votantes a rejeitar os partidos tradicionais, o resultado é que agora estão menos representados do que nunca. E podem comprovar como estão a ser expulsos diretamente do sistema político”.

Para evitar isto, uma petição de cidadãos – lançada somente um dia após as eleições – exige uma mudança no modelo eleitoral. Segundo a notícia mencionada do [“Guardian”](#), nas primeiras cinco horas da petição já a haviam assinado 30 000 cidadãos (uns 100 por minuto). Mas parece improvável que os conservadores, a quem o sistema tradicional tão bem tem servido, venham a atendê-la.

J. M.

Os cortes chegam ao Estado Islâmico

A comunidade internacional não reconhece o autoproclamado Estado Islâmico (EI). Mas num aspeto ele começa a assemelhar-se a muitos Estados legítimos nestes anos de crise económica: como eles, teve de adotar um programa de austeridade. Desde finais do ano passado, informações dispersas mostram como o EI sobe “impostos” e corta nos “gastos sociais”.

O EI não tem alternativa ao “resgate”, mas em relação ao resto acompanha os passos dos países mais afetados pelo estouro financeiro de 2008.

Primeiro, baixa os salários dos funcionários públicos. No início do ano, anunciou que os seus combatentes na Síria irão ganhar metade, independentemente da sua categoria (ainda assim, em geral, continuarão a ganhar mais do que os soldados regulares iraquianos e sírios). No Iraque, vai ser aplicado um corte salarial de 30 % aos funcionários dos níveis inferiores da escala, e de 50 % aos quadros dirigentes.

Segundo, subida de impostos. Foi criada uma nova taxa sobre as explorações agrícolas. O *zakat* (a esmola que devem dar os muçulmanos), que tradicionalmente é de 2,5 %, foi fixada em 10 %, devido à situação de guerra. O imposto sobre todas as atividades económicas, antes de 20 % em todo o território controlado pelo EI, fica agora ao arbítrio dos dirigentes locais, que em muitos casos o subiram para 30 %.

Por último, cortes no “Califado do bem-estar”. Baixaram as pensões às famílias dos “mártires” (terroristas suicidas). Foi eliminado o subsídio ao pão e liberalizado o preço, que na zona de Raqqa subiu mais de 50 %. O EI também vendeu parte das reservas de farinha ao seu arqui-inimigo, o governo sírio – que também lhe compra petróleo –, através de intermediários. Daí que o consumo de pão em Raqqa baixou quase três quartos, diz a organização síria RBSS (Raqqa is Being Slaughtered Silently): “Raqqa está a ser sacrificada silenciosamente”.

As causas desta austeridade são sobretudo militares. As perdas de território deixaram o EI sem 69 dos 160 poços de petróleo que explorava. Os bombardeamentos ocidentais e russos fizeram estragos em depósitos e refinarias, e impediram ou tornaram perigoso ter o crude para o vender. Nomeadamente, perder Kobanî há um ano, privou-o de uma passagem capital na fronteira com a Turquia, e este país já não deixa transitar com tanta facilidade como antes o petróleo do EI.

No entanto, o petróleo já não é a principal fonte de receitas para o EI. Significa um pouco mais de 40 %, segundo estimativas da consultora IHS. A maior parte, 50 %, vem dos impostos, lucros e outras cobranças que recolhe nos territórios onde domina. O EI gere os serviços básicos (água, eletricidade, telefone...), a indústria pesada, a banca... e tributa as atividades económicas privadas. Isto tem vindo a proporcionar-lhe 40 milhões de dólares mensais, calcula a IHS.

Essa fonte de dinheiro não é tão vulnerável aos ataques aéreos. Para privar dela o EI, haveria que ocupar o seu território, algo muito mais difícil do que enviar a aviação, e algo a que, em todo o caso, a coligação internacional contra o EI não está disposta.

Ora, se a base económica do EI é a população do território em seu poder, há indícios de que pode acabar matando a galinha dos ovos de ouro. A organização terrorista aperta as pessoas com impostos, taxas e multas. Por deixar entrar na sua zona para transportar mercadorias cobra 300 dólares por camião, segundo alguns testemunhos. A qualquer homem em idade militar que quer sair exige-lhe 1800 dólares, e designa duas pessoas para reféns, que serão assassinadas se ele não regressar. Os resgates por prisioneiros ou sequestrados chegam a 30 000 dólares. Os vendedores dos mercados tiveram que começar a pagar uma taxa por “limpeza”. O empenho na cobrança de impostos do EI também despertou o seu zelo por impor multas aos surpreendidos em comportamentos indecorosos, como fumar ou usar vestuário inapropriado.

Sempre se quis afogar economicamente o EI, a organização terrorista mais rica do mundo. Talvez antes o EI acabe por asfixiar os seus próprios “cidadãos”; como apenas é financiado por doações, diversamente da Al Qaeda, o resultado seria o mesmo.

R. S.

Mas, que mosquito os picou?

Converter a emergência do vírus zika numa campanha a favor do aborto apenas contribui para favorecer a epidemia do medo.

De tanto em tanto tempo, alguma emergência de saúde provoca convulsões na opinião pública. Perante a febre mediática, a Organização Mundial de Saúde (OMS) encontra-se numa situação difícil. Se demorar a lançar toda a sua artilharia epidemiológica, será acusada de não reagir a tempo, como se passou com a crise do ébola. Se reagir no nível do alerta máximo, pode entalar-se como aconteceu em 2009 com a gripe A. As mensagens que chegavam então às pessoas recomendavam que lavassem as mãos muitas vezes, utilizassem máscaras, tocassem o menos possível em lugares públicos... Os países ricos compraram por milhões, antivirais e vacinas. No final, a temível gripe A causou muito menos vítimas do que a gripe sazonal de cada inverno, as vacinas caducaram nos armazéns, os laboratórios encheram a caixa e a OMS foi acusada de favorecer um medo infundado.

Agora, a OMS declarou a pandemia do vírus zika como [emergência mundial](#). O receio é o possível efeito do vírus em mulheres grávidas, com o risco de que o bebê possa sofrer microcefalia e danos cerebrais. Na falta de vacina, as autoridades de saúde de alguns países afetados pelo zika dão conselhos perentórios às mulheres: “Não engravidem”, uma mensagem sem precedentes na história das epidemias, além de pouco realista.

A situação é confusa, mas algumas considerações dos especialistas em epidemias podem moderar a febre (ver [artigo](#) de Aceprensa, 5.2.2016). 1) A OMS afirma que não existe de momento uma relação causal concludente entre a infecção pelo vírus zika e malformações congénitas; 2) A microcefalia pode ser causada por outros fatores, desde outras infecções congénitas a condutas perigosas da mãe; 3) Nem todo o bebê que sofre de microcefalia tem danos cerebrais nem, quando os tem, da mesma gravidade; 4) Não se observou um aumento de casos de microcefalia em países afetados pelo zika fora do Brasil. Mesmo no Brasil, não é claro o número. O “The New York Times”, que tinha falado da existência de milhares de casos destes bebês, retificou depois para dizer que, desde outubro último, havia 4000 casos “suspeitos”, mas não confirmados.

Deve ter-se em conta que, no Brasil, nascem 2,95 milhões de crianças por ano. E esta é outra das perspetivas que se perdem de vista em momentos de emoção intensa: a opinião pública tende a fixar-se mais na entidade do possível dano, do que na probabilidade de que venha a existir, que pode ser pequena.

Neste caso, os *lobbies* abortistas, sempre ativos na América Latina, instam a que mudem as leis que restringem o aborto, como se isto fosse o remédio contra o zika. Mas que mosquito lhes picou?

Alguns títulos semeiam a confusão: “A ONU insta a garantir o acesso ao aborto nos países afetados pelo zika”, assegura o “El País”. A ONU? Reuniu-se o Conselho de Segurança? Disse-o o secretário-geral Ban Ki-moon? Recomendou-o a OMS? Pois não, a ONU neste caso é Zei Ra’ad Al Hussein, alto-comissário para os Direitos Humanos, que num comunicado aproveita a ocasião para reclamar que nos países afetados, as mulheres tenham pleno acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva (que na linguagem da ONU se traduz por não reprodutiva com ajuda do aborto).

Mas será realmente esse o problema? O mosquito *Aedes aegypti* não pica nos países que legalizam o aborto? Os anticoncepcionais são vacina contra o vírus zika?

A OMS mantém de momento uma atitude cautelosa. Um comunicado do comité de emergências pede: “Intensificar a investigação da origem dos novos grupos de microcefalia e de outros transtornos neurológicos para determinar se há umnexo causal entre o vírus zika e/ou outros fatores ou cofactores”. Tão-pouco fala absolutamente nada em desaconselhar as gravidezes, para lá do pouco viável que resultaria esta política. Aquilo que pede o comunicado é

intensificar os esforços para reduzir nas mulheres grávidas o risco de exposição ao vírus zika. Segundo o seu diretor de emergências, Dr. Bruce Aylward, a posição da organização é que, por agora, a melhor política é lutar para controlar o mosquito e trabalhar para encontrar uma vacina. A melhor proteção contra o vírus zika, diz a OMS, é evitar as picadelas dos mosquitos. Respostas sanitárias para um problema de saúde.

O surpreendente é que num caso desconcertante para os especialistas sanitários e sobre o qual ainda há tão poucas evidências, a única receita que alguns sugerem é legalizar o aborto para proteger as mulheres. Talvez pensem que a opinião pública tem um cérebro pequeno.

I. A.